

LEVANTAMENTO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO, SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DE JOVENS E ADOLESCENTES PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Aciley Mahone Araujo de Oliveira

Nathalia Karoline Alves do Nascimento

Larissa Gerônimo Ferreira

Ana Cristina de Oliveira e Silva

Marcos Antonio Jerônimo Costa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) acileey.araujo@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) nathalia.k@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) larissageronimo2@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) anacris.os@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); marcoscostajp@gmail.com

RESUMO

Tendo em vista que os estabelecimentos de ensino são um ambiente para ótima elaboração de programas de educação por se tratar de um local formativo e educador de opiniões e buscam apontar estratégias para melhoria das condições de saúde, inclusive à respeito dos artifícios, estratégias, mecanismos, direitos e condições básicas de prevenção de doenças e promoção de saúde, o presente estudo apresenta uma perspectiva completa, renovada e evoluída do perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural dos adolescentes e jovens do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba e da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EEEMJLR) localizados na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. A pesquisa foi realizada nas dependências da Escola Estadual José Lins do Rego, onde também são exercidas todas as atividades acadêmicas da UEPB Campus V, nos turnos da manhã, tarde e noite. Os dados foram coletados através de um formulário exploratório descritivo, sendo esse um questionário aplicado á alunos de 15 á 24 anos da Escola José Lins do Rego e aos alunos da UEPB. Posteriormente foi montada uma base de dados em formato de planilhas do Excel. Esses dados serão úteis na elaboração e implantação do programa de Educação Permanente em Saúde de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, baseadas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde.

1. INTRODUÇÃO

As instituições de ensino constituem um ambiente perfeito para a elaboração e desenvolvimento de programas em educação para a promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos principalmente entre adolescentes e jovens, por se tratar de um local formador de opiniões e por oferece a possibilidade de construir o conhecimento por meio do confronto dos diferentes saberes (Ministério da Saúde, 2009).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) classifica o adolescente como o indivíduo com idade entre 12 e 18 anos incompleto. Já o termo jovem é atribuído de acordo com o Ministério da Saúde, a pessoas com idades entre 15 e 24 anos, embora internacionalmente este classe se estenda até os 29 anos de idade (ECA, 1990; Ministério da Saúde, 2010).

A adolescência corresponde a um período no qual ocorrem profundas mudanças, caracterizadas principalmente por crescimento rápido, surgimento das características sexuais secundárias, conscientização da sexualidade, estruturação da personalidade, adaptação ambiental e integração social.

Já a juventude é a etapa de vida permeada por profundas transformações psicológicas que variam de acordo com a

cultura e valores de cada sociedade e grupos a que se deseja pertencer. Estas mudanças são determinadas por instâncias de socialização do sujeito que estão representadas por famílias, escolas, igrejas ou meios de comunicação, cuja influência repercute em questões sobre educação, saúde e desenvolvimento humano (Heilborn *et. al.*, 2006).

O ECA, sem distinção de raça, cor, ou classe social, assegura proteção e saúde integral, lazer criativo e total atendimento por intermédio do Sistema Único de Saúde a criança e ao adolescente, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Os mesmos direitos referentes ao acesso aos métodos, programas e assistência à saúde são garantidas as jovens pelo Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2011; ECA, 1990).

Assim, o conhecimento a respeito dos direitos, métodos, ferramentas e condições básicas de promoção de saúde e prevenção de doenças e agravos tendem garantir a melhoria das condições de vulnerabilidade destas populações a médio e longo prazo uma vez que os comportamentos iniciados nessa faixa etária são determinantes para o restante da vida, repercutindo no desenvolvimento integral da pessoa e em seus hábitos de vida (Camargo & Bertoldo, 2006; Saldanha, 2003).

Neste contexto, este trabalho pretende desenvolver um panorama completo e atualizado do perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural dos adolescentes e jovens do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba e da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EEEMJLR) localizados no Município de João Pessoa. Esses dados serão úteis na elaboração do projeto de Educação Permanente em Saúde de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, baseadas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde.

Trabalhos dessa natureza tem o caráter formativo e educador na busca de apontar estratégias para a melhoria das condições de saúde e diminuição da vulnerabilidade encontrada entre os adolescentes e jovens. O presente estudo tem por objetivo ainda, iniciar a aluna Saara Souza Rodrigues as atividades de elaboração e execução de um trabalho de pesquisa científica. É importante destacar que além da aluna bolsista, outros discentes também irão contribuir para a execução deste projeto.

O objetivo geral deste trabalho é fazer um levantamento do perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural de adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade do Campus V da Universidade

Estadual da Paraíba e da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EEEMJLR).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi do tipo exploratório descritiva, de corte transversal e com abordagem quantitativa, em fontes primárias colhidas através de formulário estruturado, com autorização prévia do adolescente e/ou jovem participante por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa.

Esse estudo foi realizado nas dependências da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rêgo (EEEMJLR) onde também funcionam todas as atividades acadêmicas do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba nos turnos da manhã e noite.

A EEEMJLR está localizada no bairro do Cristo Redentor no município de João Pessoa - PB. Esta instituição de ensino atende cerca de 1000 alunos do 1º ao 3º anos do ensino fundamental.

Já o Campus V da UEPB atende a aproximadamente 750 alunos distribuídos em três cursos de graduação e um de pós-graduação em Relações Internacionais. Os cursos de graduação são os bacharelados em Ciências Biológicas, Arquivologia e Relações Internacionais. O primeiro apresenta turmas apenas no período diurno

enquanto os dois últimos nos períodos diurno e noturno.

A população foi composta por 100 adolescentes e jovens da UEPB e 100 da EEEMJLR, na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade que frequentam as dependências do Campus V da UEPB e/ou da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rêgo na categoria de estudante ou funcionário destas instituições de ensino no período de realização do estudo.

A amostra do estudo foi obtida de forma não-probabilística, por conveniência, a partir da seleção viável de crianças e/ou jovens em dias letivos normais no períodos dos intervalos de aula para não comprometer a frequência e nem o rendimento do aluno em seus referidos cursos.

O instrumento para coleta de dados foi um formulário estruturado em quatro partes: a primeira contempla questões relacionadas à caracterização socioeconômica dos entrevistados, como: gênero, estado civil (conjugalidade), escolaridade, etc.; a segunda parte está relacionada à religião, renda familiar, valores sociais, objetivos e perspectivas de vida; a terceira parte refere-se aos dados epidemiológicos, como: presença de doenças crônicas, uso de substâncias lícitas e não lícitas, hábitos de vida saudável, etc.; e a última parte está composta por questões de educação sexual tais como, conhecimento e/ou uso de métodos contraceptivos, formas de contaminação por

doenças transmissíveis, sexualidade e questões reprodutivas como gravidez e aborto

A pesquisa foi realizada levando em consideração os aspectos éticos preconizados pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS 466/12, no art. II, dos aspectos éticos, que trata dos envolvimento com seres humanos em pesquisa, como também da Resolução do Conselho Federal de Biologia - CFBIO 02/2002, que trata do código de ética do profissional Biólogo e da Resolução do CFBIO 227/2010, no art. 5º, que trata da área de atuação do profissional biólogo. Por estas razões, o projeto será encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB, para apreciação (Ministério da Saúde, 2013; CFBIO, 2002, 2010).

Optou-se por solicitar o consentimento do próprio aluno por meio do TCLE, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a autonomia do adolescente para tomar iniciativas (que não lhe impliquem danos) como responder a um questionário que não oferece risco a sua saúde e tem como objetivo subsidiar políticas de proteção à saúde.

3. RESULTADOS

Durante o período de outubro de 2014 a março de 2015, foi realizado um levantamento do perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural de jovens e

adolescentes do campus V da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EJLR). Foram entrevistados 200 estudantes distribuídos em dois grupos, 100 pertencentes à UEPB e 100 à EJLR.

As entrevistas com os alunos foram realizadas de forma aleatória, com demanda espontânea e verificou-se que na EJLR há um maior equilíbrio quanto ao número de meninos e meninas em sua população. Entre os alunos da UEPB, esse variável apresentou maior disparidade com o número de alunas duas vezes maior que o número de alunos. De acordo com os dados, na EJLR foram entrevistados 43 meninos e 57 meninas. Na UEPB estes valores apresentaram maiores diferenças entre essa variável. Foram entrevistados 68 meninas e 32 meninos.

Estes resultados vistos isoladamente pouco tem relevância podendo apoiar-se apenas em uma simples casualidade. Entretanto, é sabido que outras variáveis como trabalho, tipo de diversão, uso de álcool e/ou drogas ilícitas e outros tipos de comportamento tipicamente masculinos, são determinantes para o sucesso no ingresso para um curso superior.

Quanto à atividade remunerada, observou-se que nas duas instituições a maioria das crianças e adolescentes não trabalham. Entre os alunos da EJLR, apenas 7% declararam exercer alguma atividade remunerada. Para os alunos da UEPB esse percentual atingiu 14%. Entretanto, quando

analisado o percentual por sexo dos alunos que trabalham, os resultados mostram que as meninas passam a trabalhar mais tardiamente que os meninos. Na EJLR 85,7% dos alunos que trabalham são do sexo masculino. Na UEPB estes valores se invertem e o maior percentual de alunos que trabalham, 92,9%, são do sexo feminino.

Quando analisado o uso de álcool entre os alunos da EJLR, observa-se que mais de 25% dos alunos do sexo masculino fazem uso de álcool contra apenas 15,6% dos alunos do mesmo sexo da UEPB. Em relação às meninas, esses valores se invertem e verifica-se que aproximadamente 60% das meninas da UEPB fazem uso de álcool contra pouco mais de 17% das alunas da EJLR (fig 1).

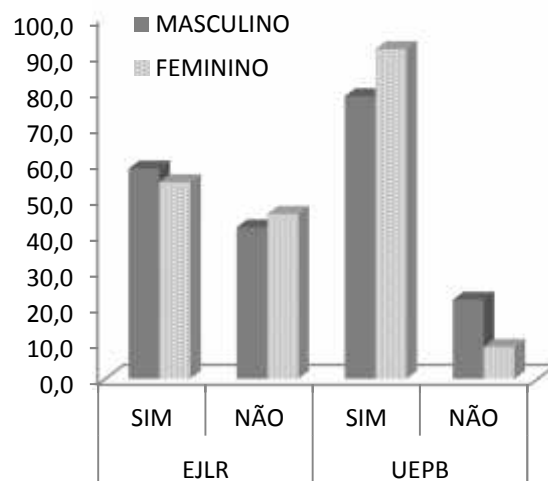


Fig. 1. Percentual de crianças e adolescentes, por sexo, da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EJLR) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que afirmam fazer uso de álcool.

Outro dado importante é que a média de idade entre os alunos da EJLR é 2 anos abaixo da média dos discentes da UEPB, 17 anos para os discentes da EJLR e 19 para os alunos da UEPB.

Quanto aos hábitos de leitura, quase 42% dos meninos da EJLR afirmam não ter o hábito da leitura contra 21% da UEPB. No caso das alunas, 45% das discentes da EJLR não tem hábito de leitura contra 8% das alunas da UEPB (fig 2).

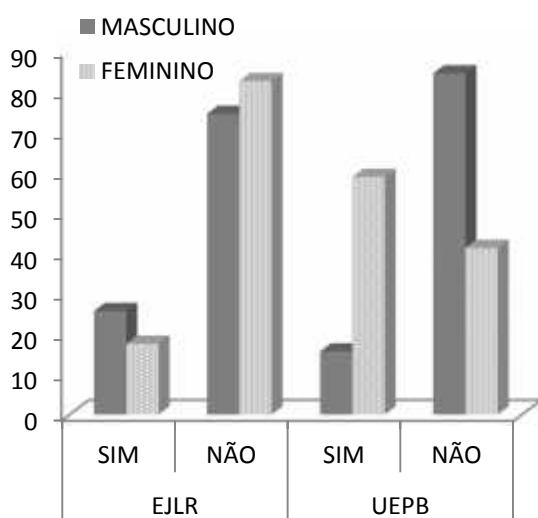


Fig. 2. Percentual de crianças e adolescentes, por sexo, da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EJLR) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que afirmam ter hábito de leitura.

Esses dados, embora não conclusivos, sugerem que as meninas provavelmente se dedicam mais aos estudos que os meninos o que tem levado ao maior número delas nos cursos de nível superior da UEPB.

Quanto à raça, não foi observado diferenças entre as respostas dadas pelos alunos das duas instituições. A maioria se declarou parda, seguido pela raça branca e preta. Embora a classificação de raças no Brasil feita pelo IBGE não atenda a nenhum conceito biológico com base no genótipo, sendo a classificação de parda, preta ou branca diretamente ligada à cor da pele auto-observada pelo declarante. Já as raças indígenas e amarelas apresentam um pressuposto de origem do indivíduo (Santos, et. al. 2010; Osório 2003). Neste ponto, o percentual de discentes que se declararam amarelas é muito superior ao apontado pelo IBGE nos censo de 2000 e 2010 para o estado da Paraíba (tab 1).

Tabela 1. Percentual de respostas das crianças e adolescentes da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EJLR) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) quanto à auto declaração de raça e os valores dos últimos Censos do IBGE para o Estado da Paraíba.

	EJLR	UEPB	CENSO	CENSO
	%	%	2000 %	2010 %
Branca	35	37	42,6	31,9
Preta	16	10	4	5
Parda	43	42	52,3	56,6
Indíg.	1	0	0,3	0,4
Amar.	5	11	0,1	0,8

obs. nesta tabela, para os valores do censo de 2010, a raça parda refere se a ao somatório das raças “morena e parda”, e para a raça preta ao somatório das raças “negra e preta” da tabela original.

Estes dados sugerem que os alunos provavelmente não entendem o conceito de raça adotado pelos IBGE ou que os critérios adotados por este instituto quanto à auto declaração de raça não tem serventia ou significado pratico.

Quanto à renda mensal média das famílias dos entrevistados, observou-se uma pequena diferença entre os alunos das duas instituições. A renda média das famílias dos alunos da EJLR foi de 2,3 salários mínimos enquanto que das famílias dos alunos da UEPB de 3,2 salários. É importante ressaltar que o valor do salário mínimo vigente encontrava-se em R\$ 788,00.

O maior número de dependentes desta renda foi encontrado entre os alunos da UEPB, 3,6 pessoas por família. Entre os alunos da EJLR, o número médio de dependentes foi de 3,4 pessoas.

Quando abordados a respeito do recebimento de alguma ajuda financeira por parte do governo ou alguma outra fonte pagadora, a maioria das crianças e adolescentes das duas instituições afirmou não receber nenhuma ajuda. Este percentual atingiu 74% para os alunos da EJLR e 75% para os da UEPB.

Entre os alunos que afirmaram receber alguma ajuda financeira, houve diferenças entre as duas instituições e uma nova modalidade para os alunos da UEPB. 61,5% das famílias das crianças e adolescentes da EJLR recebem auxílio do governo federal por meio do programa bolsa família e 38,5 recebem alguma

pensão. Para as famílias dos alunos da UEPB, 24% recebem ajuda do programa bolsa família, 32% recebem alguma pensão e 44% destes alunos recebem recursos provenientes de bolsas de pesquisa ou extensão. Entre os alunos da UEPB, 11% afirmaram receber mesada dos pais. Nenhum aluno da EJLR afirmou receber mesada.

A maioria das crianças e adolescentes de ambas as instituições se declararam pertencentes à religião católica, seguida pela evangélica. Foi observado que embora o percentual de alunos que se declararam pertencentes a raça negra (preta pelo conceito do IBGE) tenha sido bem pontuada, não foi registrado nenhuma criança ou adolescente pertencente a religiões de culta africano.

Outro dado importante foi que as crianças e adolescentes que se declararam sem religião, são quase em sua totalidade do sexo feminino. Para a EJLR, todos que se declararam sem religião são meninas. Para a UEPB, esse percentual atingiu 83,3%.

Quando questionado a respeito do que a religião representava para o ele em relação a alguns conceitos pré-definidos pelo pesquisador, as respostas foram semelhantes para os dois grupos estudados. A maioria das crianças e adolescentes respondeu sim quando se perguntou se a religião era ter fé, 81% para os alunos da EJLR e 94% para os alunos da UEPB. Quando a pergunta foi “a religião

representa para você crer em deus?” 72% dos alunos da EJLR e 84% da UEPB responderam que sim. Quando o pesquisador perguntou se a religião era uma forma de “salvação para a alma”, 78% dos alunos da EJLR responderam que sim contra apenas 58% dos alunos da UEPB. Quando perguntado se a religião era uma representação de obediência, 64% dos alunos da EJLR e 69% da UEPB responderam que sim.

O dado que chama a atenção é que quase metade das crianças e adolescentes da UEPB que afirmam pertencer a uma religião e em sua grande maioria acreditar que religião é ter fé e crer em um Deus, não associarem este comportamento a salvação de sua alma. Este fato causa curiosidade uma vez que as religiões cristãs pregam a salvação da alma para seus fieis. Na contra mão destes ensinamentos, o percentual de crianças e adolescentes da UEPB que enxerga a religião mais como um sinal de obediência que de salvação indica que os conceitos e ensinamentos passados pelos líderes religiosos, famílias ou outras fontes de informação, vêm alterando o entendimento destes indivíduos quanto as promessas das religiões cristãs.

Em relação ao interesse afetivo das crianças e adolescentes pesquisados, 94% dos alunos da UEPB se declararam heterossexuais, 2% homossexuais e 4% bissexuais. Entre os alunos da EJLR, foi evidenciado resultados semelhantes embora o percentual de crianças e adolescentes que

se declararam homo e bissexuais sejam bem superiores aos encontrados na UEPB. Para os alunos da EJLR, 82% são heterossexuais, 9% homossexuais e outros 9% bissexuais.

A análise por gênero quanto ao tipo de interesse afetivo, evidenciou que tanto entre os discentes da UEPB quanto da EJLR que se declararam homo ou bissexual, a maioria era do sexo feminino. Para os entrevistados da UEPB, 66,6% eram meninas e para os da EJLR esse percentual foi de 94,4%. Quanto a essa variável, também foi observado que o percentual de alunas bissexuais foi maior que o percentual de homossexuais (fig. 3).

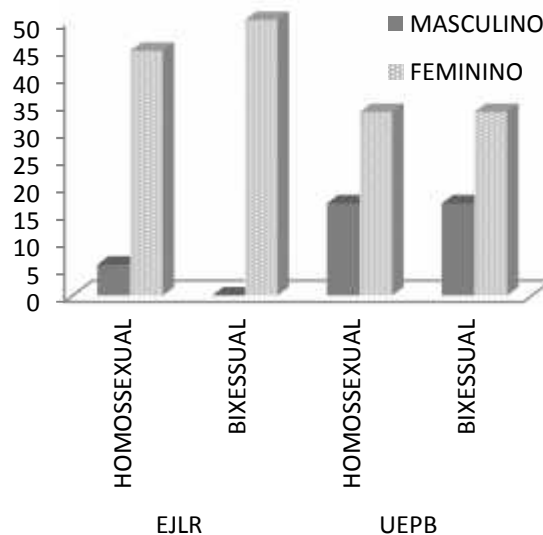


Fig. 3. Percentual por sexo de crianças e adolescentes da Escola Estadual de Ensino Médio José Lins do Rego (EJLR) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que se declararam homo ou bissexual quanto ao interesse afetivo. Entrevistas

realizadas no período de outubro de 2014 a março de 2015.

Ainda sobre sexualidade, muitos dos alunos de ambas as instituições têm deficiência de conhecimentos básicos. Dos alunos do EJLR, 68% disseram que sabiam o que é ciclo reprodutivo. Entre alunos da UEPB, esse percentual atingiu 84%. Esses resultados são preocupantes, pois trata-se de um assunto abordado no Ensino Médio e possui grande importância para a vida do indivíduo. O fato de cerca de 30% dos entrevistados não conhecerem este tema aponta para um possível descaso no ensino, desinteresse dos alunos e/ou falta de um direcionamento em relação à afetividade e sexualidade.

Quanto aos métodos contraceptivos, 64% alunos do EJLR disseram que sabem o que 24% deles já fizeram uso de algum dos métodos. Entre os alunos da UEPB, 97% afirmaram saber o que são esses métodos e 46% já fizeram uso de algum tipo.

Dos alunos entrevistados 35% da EJLR e 57% da UEPB, disseram já possuir vida sexual ativa. Notando que jovens no início de sua adolescência já começam a ter relações, muitas vezes tentando suprir uma relação afetiva com suas famílias, acabam procurando numa relação sexual o abrigo para a falta de afeto familiar. A maioria dos alunos relata que tiveram sua primeira relação com um namorado fixo ou em uma relação casual, um fica na linguagem do adolescente, do sexo oposto.

Sobre as doenças infecciosas, 24% dos alunos da EJLR e 45% dos alunos da UEPB relataram que possuem um bom nível de conhecimento sobre suas formas de contágio e meios de prevenção. Algo não observado nos resultados encontrados, visto que há sim uma carência no conhecimento, não só dos alunos do ensino médio, mas também nos de nível superior.

Neste contexto, foi comum a resposta de alunos que acreditam que uma pessoa pode adquirir HIV por picada de mosquito, morando com uma pessoa que tem HIV ou até mesmo sentando em locais que pessoas infectadas sentaram pode adquirir HIV ou beijando-as. Ao se questionar onde foi adquirido as informações a respeito deste tema, as respostas foram: por meio de palestras, programas de televisão, na escola e até em consultórios médicos.

4.CONCLUSÃO

De acordo com os resultados encontrados, verifica-se uma completa falta de aprofundamento no conhecimento. Esse fato provavelmente decorre da precariedade na educação, saúde e segurança e da ausência de estímulos relacionados aos conteúdos abordados além da ausência de conexão e aplicabilidade das informações transmitidas.

Os dados também relatam que não são apenas os alunos de ensino médio que

possui baixo grau de conhecimento, mas também aqueles do ensino superior.

Embora finalizada a primeira etapa desse trabalho, o presente estudo ainda encontra-se em processo de análise. Alguns dados serão trabalhados quanto seus caracteres descritivos e inferenciais que culminará com a elaboração do Programa de Educação Permanente em saúde a ser implantado nas dependências do Campus de João Pessoa da Universidade Estadual da Paraíba.

5. REFERÊNCIAS

Andrade, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Camargo, B.V.; Bertoldo, R.B. Comparação da vulnerabilidade em relação ao HIV de estudantes da escola pública e particular. In Estudos de Psicologia, vol. 23, Campinas. 2006.

CFBIO. Resolução nº 02/2002, que aprova o Código de Ética do Profissional Biólogo e Regimento Interno, 2002.

CFBIO. Resolução nº 227, DE 18 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre a regulamentação das Atividades Profissionais e as Áreas de Atuação do Biólogo, em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção, para efeito de fiscalização do exercício profissional. 2010.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069,1990.

Heilborn, M. L., Aquino, E. M. L. & Knauth, D. R. Juventude, sexualidade e reprodução. Editorial. Cad. Saúde Pública, v. 22, n. 7. 2006.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Ministério da Saúde, Cadernos de Atenção Básica: Saúde na Escola. Brasília, 2009.

Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. RESOLUÇÃO Nº 466. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Ministério da Saúde. Resolução 446, de 12 de dezembro 2012: Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2013.

Ministério da Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas na população brasileira de 15 a 64 anos. 1º ed. Brasília. 2011.

Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília, 2010.

Ministério da Saúde. Saúde Integral de Adolescentes e Jovens. Orientações para a Organização de Serviços de Saúde. Brasília, 2005.

Pascom, A. R. P. & Szwarcwald, C. L. Desigualdades por sexo nas práticas relacionadas à infecção pelo HIV na população brasileira de 15 a 64 anos, 2008. Cad. Saúde Pública. 2010.

Pascom, A. R. P.; Ferraz, D. A. S.; Arruda, M. R. & Brito, I. Conhecimento e práticas sexuais de risco associados ao HIV na população brasileira de 15 a 64 anos. *Revista Tempus Actas em Saúde Coletiva*. 2008.

Raposo, C. A política de atenção integral à saúde do adolescente e jovem: uma perspectiva de garantia de direito à saúde? *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. v. 6, n. 23. Rio de Janeiro, 2009.

Saldanha, A.A.W. Vulnerabilidade e construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 205 p. 2003.

Santos, N. J. S.; Buchalla, C. M.; Filipe, E. V.; Bugamelli, L.; Garcia, S.; Paiva, V. Mulheres HIV positivas reprodução e sexualidade. *Rev. Saúde Pública*, v.36, n.4, 2002

Toledo, M.M.V. Vulnerabilidade de adolescentes ao HIV/AIDS: Revisão Integrativa. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem). São Paulo. 2008.

Vergara, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.